



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ

ATA

RELATÓRIO DE REUNIÃO DO COMITÊ GESTOR DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (CGPD)

CGPD nº 2/2025

Local: Presidência (4º andar)

Data: 05.11.2025

Horário: 10h:30min
às 11h30min

Comitê Gestor de Proteção de Dados Pessoais

	Membros	Área
Assessor de Segurança da Informação	LAURO SALMITO PINHEIRO	ASEGI
Secretário de Tecnologia da Informação e Comunicação	FRANCISCO NAFTALI AIRES PEDROSA	STI
Secretário da Presidência	Carlos Andre Oliveira Bezerra	SPR
Assessor de Comunicação	Jose Oceli Lopes	ASCOM
Secretaria da Corregedoria	Livia Neiva Mousinho	SCR
COORDENADORIA DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CADASTRO ELEITORAL	Lenina Beserra Coelho Canamary	COFIC
Diretoria Geral	Orleanes Cavalcanti de Oliveira Viana Gomes	DIGER
Coordenadora de Sistemas	Joao Alfredo Pinto Moreira Farias Fortuna	COSIS
Seção de Capacitação	Flavia Helena Bezerra Costa Galvao	SECAP
Secretaria de Orçamento e Finanças	Ibere Comin Nunes	SOF
Assessoria da Ouvidoria	Suzana Gloria Rodrigues Pinheiro	ASOUV
Secretaria de Gestão de Pessoas	Kleirton Ibiapina Alves	SGP

PAUTA:

1. Revisão e atualização dos membros do comitê

Assuntos abordados/Deliberações

Área Resp. Prazo

A reunião foi aberta pelo Assessor da ASEGI, que informou acerca da necessidade de revisar e atualizar os membros do CGPD, considerando as mudanças na estrutura orgânica do TRE/CE

Deliberações:

ASEGI

Imediato

- Ficou deliberado pela Comissão que a ASEGI fará o estudo e atualização dos membros do CGPD

2. Publicar notícia da Intranet sobre a atualização do sistema SEI para versão 4.1 e seus impactos institucionais

Assuntos abordados/Deliberações

Área Resp.

Prazo

O Assessor da ASEGI sugeriu um trabalho junto com a ASCOM na notícia de divulgação dos impactos na atualização da nova versão do SEI. Ficou explicado a todos que a publicidade de todos dos documentos gerados pela nova versão do SEI será automática na internet pela nova consulta pública.

Deliberações:

ASEGI/ASCOM

Imediato

- Ficou deliberado que será publicada notícia até 10/11/2025 sobre todos os aspectos da atualização do novo sistema SEI, versão 4.1, assim como os impactos em relação a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e Lei de Acesso à Informação (LAI). A notícia contará com um FAQ (Perguntas) e dúvidas adicionais poderão ser sanadas pelas Assessoria de Segurança da Informação (ASEGI).

3. Obrigatoriedade na realização de treinamento sobre proteção de dados pessoais na administração pública

Assuntos abordados/Deliberações

Área Resp. Prazo

- Ficou deliberado a sugestão de elaboração e publicação de ato normativo à presidência sobre a obrigatoriedade de todos os usuários capazes de criar informações no sistema SEI.

Deliberações:

- Ficou deliberado pela Comissão recomendar à Presidência a edição de ato normativo (Portaria) ou Decisão da Presidente, instituindo treinamento compulsório em proteção de dados pessoais no serviço público para todos os colaboradores e usuários que criem informações no sistema SEI. SPR Imediato

O prazo para conclusão do treinamento será de 30 dias, contados a partir de 12/11/2025, devendo o certificado ser encaminhado à SECAP.

Ficam excluídos da obrigatoriedade no prazo inicial os servidores afastados por qualquer motivo, aos quais será concedido prazo adicional de 15 dias após o retorno às atividades, conforme sugestão da Diretora-Geral.

4. Alinhamento com o núcleo de Arquivo e Gestão Documental e Assessoria de Segurança da Informação (ASEGI)

Assuntos abordados/Deliberações

Área Resp. Prazo

- Ficou deliberado a sugestão de elaboração e estudos de classificação automática de alguns tipos de documentos considerados sensíveis.

Deliberações:

- Ficou deliberado pela Comissão que após a implantação do novo sistema SEI, a Assessoria de Segurança da Informação(ASEGI) e o núcleo de Arquivo e Gestão Documental, realizem uma auditoria de avaliação de como os usuários estão classificando os documentos contendo dados críticos ou considerado dados pessoais. ASEGI/ARQ Após
implantação
do SEI 4.1

Encerrados os assuntos constantes da pauta, Lauro assessor da ASEGI e presidente do comitê de proteção de dados pessoais agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião.



Documento assinado eletronicamente por **JOAO ALFREDO PINTO MOREIRA FARIAS FORTUNA, COORDENADOR**, em 06/11/2025, às 12:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 1º, §2º, III, b, da [Lei 11.419/2006](#).



Documento assinado eletronicamente por **IBERE COMIN NUNES, SECRETÁRIO**, em 06/11/2025, às 13:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 1º, §2º, III, b, da [Lei 11.419/2006](#).



Documento assinado eletronicamente por **FLAVIA HELENA BEZERRA COSTA GALVAO, CHEFE DE SEÇÃO**, em 06/11/2025, às 14:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 1º, §2º, III, b, da [Lei 11.419/2006](#).



Documento assinado eletronicamente por **FRANCISCO NAFTALI AIRES PEDROSA, SECRETÁRIO**, em 06/11/2025, às 14:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 1º, §2º, III, b, da [Lei 11.419/2006](#).



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS ANDRE OLIVEIRA BEZERRA, SECRETÁRIO**, em 06/11/2025, às 18:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 1º, §2º, III, b, da [Lei 11.419/2006](#).



Documento assinado eletronicamente por **LIVIA NEIVA MOUSINHO, ANALISTA JUDICIÁRIA**, em 14/11/2025, às 11:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 1º, §2º, III, b, da [Lei 11.419/2006](#).



Documento assinado eletronicamente por **LAURO SALMITO PINHEIRO, ASSESSOR**, em 02/12/2025, às 09:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 1º, §2º, III, b, da [Lei 11.419/2006](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida em https://sei.tre-ce.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=0001243709&crc=064222CB, informando, caso não preenchido, o código verificador **0001243709** e o código CRC **064222CB**.